

## TRABALHO DOS PROFESSORES-PESQUISADORES: INTENSIFICAÇÃO E ADOECIMENTO

Aurélia Magalhães de Oliveira Souza<sup>1</sup>

### Resumo:

Esse artigo traz reflexões sobre a temática da intensificação do trabalho docente e adoecimento, as quais compõem as investigações que resultaram na dissertação “Atribuições dos professores-pesquisadores da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí: trabalho docente ou doente?” defendida no primeiro semestre de 2018, que teve como objetivo investigar se, e como, o contexto de precarização e pressão que recai sobre a profissão docente interfere na saúde de professores-pesquisadores. Contudo, nas reflexões aqui desenvolvidas, parte-se da tese inicialmente discutida por Marx de que o trabalho humano foi convertido em mercadoria, situação que se articula à alienação do trabalhador na relação com o produto de sua atividade e ao processo de produção da vida. Assim, a ideia principal é discutir se as atividades realizadas por professores-pesquisadores se encontram dentro do escopo do trabalho alienado, considerando que, frequentemente, esses docentes extrapolam a carga horária de trabalho e não se desvencilham da intensidade das atividades a que estão submetidos, afinal é por meio de suas pesquisas, produções e publicações que competem por melhores financiamentos para novas pesquisas. Dessa forma, a pergunta central que acompanha o texto a seguir é: ao submeter sua força de trabalho à lógica da intensificação e precarização próprias do modo de produção vigente e, muitas vezes, não se reconhecer mais na sua atividade-fim, o professor-pesquisador estaria realizando seu trabalho de forma alienada e, como desdobramento, adoecedora?

### Palavras-chave:

Trabalho docente. Pós-graduação. Trabalho alienado. Adoecimento.

## WORK OF TEACHERS-RESEARCHERS: INTENSIFICATION AND ILLNESS

### Abstract:

This article brings reflections on the theme of intensification of teaching work and illness, which comprise the investigations that resulted in the dissertation "Attributions of teachers-researchers at the Federal University of Goiás/Regional Jataí: teaching work or ill labor?" defended in the first semester of 2018, which aimed to investigate whether, and how, the context of precariousness and pressure that surrounds the teaching career interferes in the health of teachers-researchers. However, in the reflections developed here, we start from the thesis initially discussed by Marx that human labor has been converted into merchandise, a situation that is linked to the alienation of the worker in relation to the product of the own activity and to the process of production of life. Thus, the main idea is to discuss whether the activities carried out by teachers-researchers are within the scope of the alienated work, considering that, often, these teachers go beyond the workload and do not disentangle themselves from the intensity of the activities to which they are submitted, after all, it is through their research, productions and publications that they compete for better financing for new researches. Thus, the central question that accompanies the following text is: by

<sup>1</sup> Mestra em Educação pela Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí. Psicóloga da Universidade Federal de Jataí. E-mail: aurelia\_souza@ufg.br.

submitting the own workforce to the logic of intensification and precariousness typical of the current mode of production and, often, not recognizing themselves in the own core activity, would teachers-researchers be carrying out their work in an alienated form and, as a result, getting sick due that?

**Key words:**

Teaching work. Post-graduation. Alienated work. Illness.

## **EL TRABAJO DE LOS PROFESORES-INVESTIGADORES: INTENSIFICACIÓN Y ENFERMEDAD**

**Resumen:**

Esta investigación trae reflexiones sobre el tema de la intensificación del trabajo docente y la enfermedad, reflexiones que hacen parte de las investigaciones que culminaron en la disertación “Atribuciones de los profesores-investigadores de la Universidad Federal de Goiás/Regional Jataí: ¿docencia o trabajo enfermo?” que se defendió en el primer semestre de 2018, cuyo objetivo fue investigar si y cómo el contexto de precariedad y presión que recae sobre la profesión docente interfiere en la salud de los docentes-investigadores. Sin embargo, en las reflexiones aquí desarrolladas partimos de la tesis inicialmente discutida por Marx de que el trabajo humano se convirtió en mercancía, situación que está ligada a la alienación del trabajador en relación al producto de su actividad y al proceso de producción de la vida. Así, la idea principal es discutir si las actividades que realizan los docentes-investigadores están dentro de la finalidad del trabajo alienado, considerando que, muchas veces, estos docentes van más allá de la carga de trabajo y no se desenredan de la intensidad de las actividades a las que están sometidos, pues, es a través de sus investigaciones, producciones y publicaciones que compiten por una mejor financiación para nuevas investigaciones. Así, la pregunta central que acompaña al siguiente texto es: al someter su fuerza de trabajo a la lógica de intensificación y precariedad propias del modo de producción actual y, muchas veces, sin reconocerse en su actividad central, ¿estaría el docente-investigador realizando su trabajo de forma alienada y, por tanto, de modo a quedarse enfermo?

**Palabras clave:**

Trabajo docente. Posgrado. Trabajo alienado. Enfermedad.

### **Introdução**

As reflexões a seguir resultam de discussões realizadas a partir da dissertação “Atribuições dos professores-pesquisadores da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí: trabalho docente ou doente?”, defendida pela autora em março de 2018, e que propôs investigar se as atribuições de professores-pesquisadores<sup>2</sup> que atuam concomitantemente em curso de graduação e em Programa de pós-graduação da Universidade Federal de

---

<sup>2</sup> O termo professor-pesquisador é utilizado por Sguissardi e Silva Júnior (2009) para abarcar os docentes que fazem parte de Programas de pós-graduação e realizam pesquisas de pequeno, médio ou grande porte. Na dissertação foi utilizado com esse mesmo intuito, porém falando de docentes que participam de curso de graduação e Programa de pós-graduação *stricto sensu*, concomitantemente na REJ.

Goiás/Regional Jataí (UFG/REJ), intensificadas após as reformas ocorridas a partir da década de 1990 no Brasil, têm atingido sua saúde<sup>3</sup>.

Para tanto, no decorrer da experiência profissional<sup>4</sup> da autora na UFG/REJ, percebe-se que o docente universitário vivencia diariamente um intenso processo burocrático institucional e um constante desinteresse por parte dos discentes, que acabam por desmotivá-lo a desenvolver um trabalho de qualidade. A autoexigência, a desvalorização social, a jornada diária muito longa e a culpa por não conseguir lidar com as atividades familiares devido à grande demanda de atividades também contribuem para gerar um sofrimento psíquico que, normalmente, é expresso por meio de fadiga, desânimo, depressão, irritação, angústia, esgotamento físico e mental.

Sabendo que o trabalho realizado, como um todo, traz consigo o peso de ser desempenhado com algum tipo de sofrimento, é necessário reafirmar que, a partir dos pressupostos marxistas, que o trabalho é fonte de humanidade, de atividade vital humana, de atividade livre e consciente, por meio do qual o homem se relacionaria ativamente com a natureza e desenvolveria suas potencialidades como “humano”, criando um mundo novo, incluindo a (re)criação do próprio homem.

Imagina-se que quando uma pessoa opta por seguir a profissão de docente é porque se vê na condição de proporcionar uma formação criteriosa e rigorosa ao indivíduo, visando sua autonomia e emancipação. O docente se gradua, estuda continuamente para atingir suas metas, e, ao entrar no mercado de trabalho, percebe que não é como imaginava, até porque ele foi formado, muitas vezes, por uma educação despolitizada, no âmbito da racionalidade técnica. Não há reconhecimento nem remuneração a contento quando comparada com outros cargos e funções sociais, especialmente aqueles relacionados às profissões liberais. Os alunos têm muitas dificuldades e ainda lhe é exigido uma gama de outras atividades que vão além de sua formação inicial: como aquelas atribuições que são mais comumente desenvolvidas por

---

<sup>3</sup> A pesquisa justificou-se pela necessidade científica e acadêmica de compreender como o docente tem sido alcançado pela intensificação e precarização de seu trabalho, afinal trata-se de um profissional que é a peça-chave no ambiente universitário. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa, de natureza quanti-qualitativa, abarcou a investigação teórica e empírica e foi desenvolvida com base nos pressupostos do materialismo histórico e dialético (MHD), formulados por Karl Marx, destacando as contradições presentes na realização do trabalho de docentes que atuavam na graduação e na pós-graduação *stricto sensu* da UFG/REJ, à época. A pesquisa contou com o apoio financeiro, em forma de bolsa, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

<sup>4</sup> A profissional atua na Universidade Federal de Jataí, antes Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí há 10 anos, onde realiza atendimentos individuais com discentes, docentes, técnico-administrativos e terceirizados, além de fazer palestras e atividades diversas relacionadas à psicologia.

assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, entre outros, para conseguir lidar com as demandas trazidas, especialmente, pelos discentes.

No Brasil, o trabalho do docente universitário foi atingido principalmente a partir da década de 1990 com as reformas realizadas pelo Estado, nos planos econômico e político, sob a alegação de tornar as economias nacionais mais competitivas no mercado internacional. Chauí (1999) confirma que a Reforma do Estado Brasileiro teve a intenção de modernizar e racionalizar algumas de suas atividades que foram distribuídas em setores, sendo um deles denominado “setor dos serviços não exclusivos do Estado”, podendo ser realizados por instituições não estatais, como prestadoras de serviços. Estão incluídas nesses serviços a educação, a saúde, a cultura e as utilidades públicas, compreendidas como organizações sociais (OS)<sup>5</sup> que têm “contratos de gestão” com o Estado.

Com as mudanças ocorridas, setores como a educação e a saúde, foram degradados. Uma parte da educação passou a funcionar como o setor privado, o que acabou interferindo profundamente no trabalho docente, pois passou a seguir as regras mercantis do capitalismo. Ou seja, este profissional teria que atuar no ensino, na pesquisa, na extensão e na administração, e ainda produzir e publicar muito para conseguir respeito e financiamentos.

No entanto, diante da importância do trabalho na vida do ser humano em todo tempo de sua existência, da realidade profissional vivenciada pelo docente universitário brasileiro que atua principalmente na graduação e pós-graduação, o objetivo das reflexões abaixo é discutir, a partir de autores que abordam a temática, se as atividades realizadas pelo professor-pesquisador se desenvolvem como trabalho alienado e se, devido ao cenário de intensificação e precarização que acometem o trabalho docente, acabam resultando em algum tipo de adoecimento. Para tanto, o texto divide-se em duas partes: na primeira, discute-se a relação entre trabalho e alienação e na segunda aborda-se a intensificação do trabalho docente e o adoecimento como uma consequência possível.

## **Trabalho e Alienação**

N’O Capital I, Marx (1998) define no que consiste o trabalho, dentro de sua concepção dialética e histórica, ao afirmar:

---

<sup>5</sup> Para Santana e Druck (2015, p. 56), as Organizações Sociais são “entidades privadas sem fins lucrativos, como associações e fundações privadas”, que acabam por cumprir um papel que deveria ser do estado, no contexto democrático.

[...] antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 1998, p. 211).

Assim, ao agir sobre a natureza, o homem (ser social) a modifica e consequentemente sofre modificações em si mesmo, numa relação dialética. Porém, diferentemente dos animais que atuam sobre a natureza para obter satisfação imediata, de maneira instintiva, o que diferencia a atuação humana da do animal é o pensamento anterior à ação. O fato do ser humano planejar sua ação e intencionar sua execução faz com que ele materialize suas habilidades sobre a natureza mediante objetivos traçados previamente. Como diz Saviani (1991, p. 19) “o trabalho se instaura a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação”.

Ao transformar a natureza e construir o mundo humano, o homem tem a possibilidade de realizar dois tipos de trabalho: o material e o não material. De acordo com Saviani (1991), o primeiro diz respeito à produção dos bens que garantem a subsistência do ser humano, ou seja, é o tipo de trabalho que produz o mundo concreto. O segundo acontece quando o homem planeja seus objetivos, significando que ele consegue produzir valores, ideias, conceitos, habilidades, para produzir tanto o saber sobre a natureza quanto sobre o conjunto da produção humana, que o autor denomina de cultura. Contudo, ele subdivide o trabalho não material em dois tipos: um que abrange as ações em que o produtor fica separado de seu produto e há um intervalo de tempo entre produção e consumo, e outro no qual o produtor não se aparta de seu produto, inferindo que seja possível produzir e consumir ao mesmo tempo.

O trabalho docente está inserido no trabalho não-material e é possível perceber que suas atividades abrangem tanto o primeiro quanto o segundo tipo, pois ao publicar um livro ou um artigo, ele se afasta de seu produto, que só é usado após um tempo de sua produção. Por outro lado, ao ministrar aulas, ao mesmo tempo em que o docente produz o conhecimento o aluno também o consome.

Nesse aspecto, o ser humano se constitui socialmente e não de maneira isolada e individual, daí a importância de considerá-lo como social e histórico, sendo o trabalho a

categoria fundante para se tornar um ser humano na perspectiva omnilateral<sup>6</sup>. O oposto do que acontece na ideologia neoliberal atual, na qual a sociedade, segundo Frigotto (1998, p. 31) “é um contínuo de estratos sociais que se explica por escolhas, esforço, riscos, vontade, dedicação e competência de indivíduos isolados ou de estratos sociais”.

O surgimento de sociedades com formas de produção superiores proporciona que a população se subdivida em classes variadas, surgindo o antagonismo entre classes que dominam e as que são dominadas, sabendo que desde sempre foi o interesse da classe dominante que incita a produção, “na medida em que esta não se limitava ao sustento da vida mais indigente dos oprimidos” (ENGELS, 1982, p. 82). No modo de produção capitalista essa situação é clara e é sua base. O que constitui a sociedade capitalista é a contradição que existe entre classes antagônicas: os que detêm os meios de produção e os que vendem sua força de trabalho. A contradição, na compreensão de Marx (1982), é a roda que gira essa sociedade, é a roda que faz esse modo de produção social funcionar.

A sociedade capitalista é movida pela produção, circulação, venda e consumo de mercadorias, e Marx (1998, p.57) afirma que a “mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidade humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia”. E, podendo ser trocada por qualquer outra mercadoria, em diferentes grandezas, a força de trabalho também se tornou uma mercadoria.

O detentor dos meios de produção utiliza a força de trabalho que comprou da mesma forma como adquiriu também os materiais e os outros elementos indispensáveis para que o processo de trabalho seja realizado. Com isso, “o processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem” (MARX, 1998, p. 219), inclusive a força de trabalho de outro ser humano. No decorrer do processo de trabalho, o trabalho transforma a ação em ser, o movimento em produto concreto. Desse modo, o trabalho, que deveria ser uma força essencial para o ser humano, acaba se transformando apenas num meio de subsistência, com isso, se convertendo em sacrifício, pois o trabalhador realiza suas atividades laborais para satisfazer aos interesses e às necessidades do capitalista, situação que cria obstáculos às suas potencialidades humanas e o aliena.

É importante ressaltar, contudo, que a força de trabalho nem sempre foi mercadoria e que o trabalho nem sempre foi assalariado. Para Marx (1982), o capitalismo tem como base a

---

<sup>6</sup> Segundo Manacorda (2000, p. 78-79), omnilateralidade implica em um “desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação”.

relação trabalho assalariado e capital, principalmente pelo fato do capitalista expropriar o trabalho realizado pelo trabalhador, criando a mais-valia. Somente com o aumento da força de trabalho é que se aumenta o capital. Esta é uma característica fundante do sistema capitalista porque o detentor das condições de produção deseja sempre o maior lucro possível sobre o trabalhador. Assim,

[...] a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso, não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital (MARX, 1998, p. 578).

Quando o trabalhador vende sua força de trabalho ele está vendendo sua força vital, ou seja, vender sua atividade vital é a única maneira que ele tem de sobreviver. O trabalho se tornou sofrimento, é uma mercadoria vendida ao dono do capital. O tempo destinado ao trabalho já não faz mais sentido e o homem é apenas um objeto que tem como objetivo produzir excedente.

Na sociedade dividida por classes antagônicas há a necessidade de beneficiar as classes dominantes, o que, de acordo com Saviani e Duarte (2010), dificulta que o indivíduo se forme como ser genérico, ou seja, alguém que represente o gênero humano por meio da realização de sua atividade vital. Eles reforçam que

[...] ocorre que não há outra maneira de o indivíduo humano se formar e se desenvolver como ser genérico senão pela dialética entre a apropriação da atividade humana objetivada no mundo da cultura (aqui entendida como tudo aquilo que o ser humano produz em termos materiais e não materiais) e a objetivação da individualidade por meio da atividade vital, isto é, do trabalho. Na sociedade capitalista, o trabalho produz riqueza objetiva e subjetiva, mas nem uma nem outra podem ser plenamente apropriadas por aqueles que trabalham (SAVIANI e DUARTE, 2010, p. 426).

O ser humano tornou-se alienado do processo de produzir sua atividade vital e, conseqüentemente, o ato de trabalhar se converteu em sacrifício. Estar fora dele é que é prazeroso. Só que é difícil sair, pois é por meio dele que o ser humano busca meios de subsistência e de realizações. Seria necessário, nesse momento, considerar que o trabalho possa ser visto de maneira positiva, como lembra Lukács (1978, p. 5): o homem é “o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá respostas”. Isto significa que ele na atividade laboral pode indagar sobre o que faz e buscar respostas ao que tem e realiza.

Levando em consideração a realidade vivida há mais de um século e sabendo que não é interesse da classe dominante “soltar as rédeas” que controlam o trabalho e tudo o mais que envolve a classe trabalhadora, provavelmente a situação se manterá ou, quem sabe, até piorará nos próximos anos.

Marx (2010) traz ainda que o estranhamento não acontece somente com relação ao produto final do trabalho, ou seja, quando o trabalhador não se reconhece no resultado da atividade que realizou, mas também, e especialmente, no ato da produção, no decorrer da atividade produtiva em si. Afinal, como o trabalhador se sentiria alheio somente no produto final de sua atividade sem estranhar a si mesmo no decorrer da produção? Mas no que consiste esta exteriorização do trabalho, este estranhamento que resulta em alienação? De acordo com o autor, acontece quando

[...] o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito (MARX, 2010, p. 82-83).

Considerando as análises acima, aqui se torna relevante questionar se o trabalho realizado pelo docente universitário, especialmente pelo professor-pesquisador, na atual conjuntura de intensificação do trabalho docente, tem se revelado alienado ou se ele consegue se ver no trabalho que realiza, mesmo diante das exigências do produtivismo exacerbado. E se essa intensificação, em vez de possibilitar a ele se reconhecer na atividade docente, estaria, ao contrário, fazendo com ele não se sinta bem, infeliz e, por isso, adoecendo?

### **Intensificação do Trabalho Docente na Pós-Graduação**

No cenário de trabalho alienado, devido ao modo capitalista de produção, a profissão docente apresenta-se também abalizada por processos alienantes, pela divisão técnica e social do trabalho e por condições precárias para seu desenvolvimento: salários desvalorizados, instalações físicas mal estruturadas, carência de materiais pedagógicos e falta de investimento em sua formação. No entendimento de Silva (2011), o trabalho docente deve ser



[...] compreendido como uma das facetas do trabalho, que se objetiva pelas mediações das circunstâncias determinadas de diferentes particularidades históricas. Assim, o trabalho docente representa o papel em que determinados indivíduos exercem, de forma profissional (professores e professoras), o ato de produzir conscientemente a humanidade construída social e historicamente em cada indivíduo singular (SILVA, 2011, p. 44).

A universidade está inserida neste contexto social em que o trabalho causa sofrimento e o docente está vivendo esta realidade. Produz muito, mas nem sempre com a qualidade desejada nos leva, inevitavelmente, à necessidade de perguntar: será que o produtivismo cobrado permite que o professor-pesquisador publique sempre algo inédito como resultados fundamentados de pesquisas ou ele é forçado a escrever artigos que reproduzem apenas informações? Mas se o docente universitário vive também esta realidade, onde há os que vendem força de trabalho e os que compram, em que a força de trabalho virou mercadoria, é possível ser diferente com ele? O que se observa é que a partir do momento que o docente se permite entrar no jogo que tem regras determinadas, ele passa a sofrer todas as consequências como qualquer outro trabalhador, mesmo que com certa autonomia.

Mas no que consiste o trabalho docente? A atividade docente tem características que lhe são específicas como qualquer outra profissão, porém, segundo Freitas (2017, p. 66), “os aspectos que melhor caracterizam e constituem a profissão, levando-a a adquirir uma conformidade e, por extensão, determinam sua forma de ser e agir são a precarização, a complementaridade, a insuficiência na formação profissional e o clientelismo<sup>7</sup>”. O autor complementa ainda que quando o docente está vinculado a alguma instituição pública ele é um mero

[...] servidor com direitos e deveres como todos aqueles servidores que não se encontram entre as carreiras tidas como essenciais ou relevantes do ponto de vista da administração ou que não têm uma forte organização corporativa a defender seus interesses ou, ainda, um poder constitucional a lhe garantir vantagens e prestígio (FREITAS, 2017, p. 67).

Com as novas regras do capitalismo, principalmente a partir da reforma do Estado no Brasil, na década de 1990, a educação superior precisou adaptar-se e combinar seu produto às necessidades do mercado, fazendo com que o docente alterasse sua dinâmica de trabalho. De acordo com Mancebo (2007), a universidade acabou oferecendo armas para que o capitalismo

---

<sup>7</sup> Clientelismo, segundo Freitas (2017, p. 128), “se estende a todas as áreas onde existe a possibilidade de atuação com fins de satisfazer interesses pessoais, privados, utilizando quase sempre da coisa pública para atingir tal objetivo”.

se consolidasse ao fornecer tecnologias para que o capital crescesse e para o aumento do abuso da força de trabalho e, também, ao formar cidadãos-trabalhadores para atuar na sociedade. Ela destaca que a produção científica se tornou força produtiva e, dialeticamente, alterou o trabalho de quem a produz, ou seja, do professor-pesquisador.

Sguissardi e Silva Junior (2009) trazem que devido à mercantilização da educação, o docente universitário acabou “aceitando” as novas regras e começou a investir na sua formação e a produzir cada vez mais, buscar financiamentos privados e entrar em Programas de pós-graduação para se tornar professor-pesquisador. Para alcançar estes objetivos, ele acabou abnegando sua vida pessoal e estendendo cada vez mais suas horas de trabalho. De acordo com os autores, a ideologia do produtivismo acadêmico já foi aceita pelos docentes e afirmam que:

[...] o professor-pesquisador já a incorporou de tal forma que, para ele, tornou-se natural não ter tempo para o lazer, para a família, para o legítimo, necessário e humano descanso do final de semana. Seu trabalho converteu-se em sua droga cotidiana, sua paixão. Muitos trabalhos ou “obrigações” de ofício, tornados messianicamente como missão, têm levado os professores à exaustão, isolando-os de sua própria família (SGUISSARDI e SILVA JÚNIOR, 2009, p.45).

O trabalho-fim realizado pelo professor-pesquisador é a produção científica, que parece estar em um nível superior às outras atividades realizadas por profissionais variados. Seria possível então o trabalho intelectual docente estar fora do contexto de produtividade e de alienação? Segundo Gradella Júnior (2010), não, pois este docente atua na universidade e esta não está à parte das formas de organização social. Sendo assim,

[...] a estrutura administrativo-burocrática reproduz, em maior ou menor grau, os pressupostos da racionalidade do modo de produção capitalista, não em relação ao lucro, mas sim, em relação à produção e reprodução ideológica da sociedade, através da adequação às normatizações dos órgãos estatais responsáveis pela educação e pelo financiamento das pesquisas e extensões, que é vital na universidade para a produção da ciência e do conhecimento. (GRADELLA JÚNIOR, 2010, p. 137).

Devido à precarização, o docente precisou correr atrás de financiamentos por conta própria, afinal não tinha mais condições de ter pesquisas e projetos patrocinados pelo governo ou pela própria universidade. A partir deste momento a competitividade aumentou muito entre os professores-pesquisadores porque para obter financiamento de empresas privadas e de agências de fomento é necessário estar pesquisando algo que seja interessante para a empresa

e, provavelmente, para o capital, e estar vinculado a um Programa de pós-graduação reconhecido ou que, pelo menos, seu currículo seja repleto de publicações e atividades que demonstrem seu poder perante o concorrente. Bosi (2007) define esse movimento como busca por recursos extra orçamentários e acaba por confirmar que educação e universidade reproduzem o capital, permitindo ou pressionando indivíduos a produzirem materiais que podem ser quantificados, e afastando-os da autonomia e da sua emancipação.

Nas universidades públicas brasileiras é possível perceber então como as mudanças neoliberais alcançaram o trabalho de todos os servidores que as compõem, como técnico-administrativos, docentes e servidores terceirizados. Todos estes profissionais foram atingidos pelas mudanças ditadas pelo neoliberalismo e o trabalho realizado pelo docente sofreu alterações que afetaram grandemente o modo de realizar suas atividades acadêmicas e sua vida pessoal.

A intensificação do trabalho realizado pelo docente vai para além das produções e atividades acadêmicas, afinal ele acaba tendo que assumir tarefas que deveriam ser desempenhadas por servidores técnico-administrativos que estão em número muito reduzido dentro de muitas universidades, especialmente as menores, devido ao pouco investimento do governo para o ensino superior, reduzindo o número de concurso para estes servidores e entregando serviços administrativos para empresas terceirizadas contratadas pela universidade e que, por pagarem pouco, acabam não mantendo funcionários por muito tempo, gerando alta rotatividade de ocupantes destas funções e afetando a rotina das atividades acadêmicas. Há uma contradição muito grande nesta situação, pois com a redução de recursos ainda é exigido que as instituições aumentem o grau de eficiência e de responsabilidade social, que significa ampliação do número de matrícula e dos indicadores da relação docente/discente. Segundo Mancebo, Silva Júnior e Oliveira (2008, p. 10), o Estado faz todas as exigências às Instituições de Ensino Superior (IES), mas desautoriza “gastos com consumo, equipamentos, obras e com a contratação de pessoal docente e funcionários técnico-administrativos, conduzindo essas instituições a viverem a mais drástica política de corte e ajuste de sua história”, obrigando o docente a buscar investimentos fora do Estado e do ambiente acadêmico.

Sabe-se que as reformas realizadas no ensino superior têm como objetivo regular e controlar o trabalho realizado pelo docente, a partir de medidas que promovem cada vez mais a individualização docente e, conseqüentemente, intensificam seu trabalho e empobrece sua dimensão profissional. Desta maneira, os processos que envolvem a produção acadêmico-

científica nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) constituem-se, de acordo com Sguissardi e Silva Júnior (2009, p. 166),

[...] de variáveis como a deterioração dos dados de seu financiamento e manutenção, a redução de salário de seus professores, o aumento na relação professor/alunos e a ampliação das exigências de produção e produtividade no campo da pesquisa e pós-graduação.

No Brasil a pós-graduação é orientada e controlada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que estimula o produtivismo acadêmico e exige eficiência e eficácia do docente, dentro de uma lógica técnica e racionalizadora. Sguissardi e Silva Júnior (2009, p. 192) sugerem que a pós-graduação brasileira é reorganizada por meio de três movimentos:

[...] 1) de forma mais enfática, pelo papel que a Capes passa a ocupar na reorganização da pós-graduação no país; 2) pelo papel indutor à pesquisa aplicada atribuído ao CNPq, por meio de editais, convênios e fundos de variada natureza; e 3) pelo mercado que se põe dentro da universidade e a universidade que se põe no mercado, possibilitando o trânsito entre pesquisadores e o setor produtivo (mercado).

Esses acontecimentos levaram o trabalho docente a sofrer grandes modificações. Já foi o tempo em que cabia a este profissional universitário apenas as tarefas de ministrar aulas e ter projetos de pesquisa e de extensão. Desde que a exigência por produzir (publicar) muito tomou conta da vida acadêmica, o docente passou a ter que decidir entre dois caminhos: ou “nada contra a maré” e não se rende às exigências da Capes e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e segue com suas aulas e projetos; ou se permite “entrar no furacão”, que implica dar conta das demandas exigidas para se manter como profissional produtivo, respeitado, com projetos financiados pelo CNPq ou outra agência de financiamento, sendo membro de um Programa de pós-graduação bem avaliado pela Capes e ter inúmeros artigos e livros publicados, inclusive internacionalmente. Contudo, Carvalho (2008, p. 234) é categórica ao dizer que “a avaliação serve muito mais de instrumento para organizar a distribuição de recursos aos Programas do que para avaliar efetivamente sua qualidade”.

Sguissardi (2008) reforça que, devido ao fato de a pós-graduação depender muito da Capes e de suas avaliações, a pós-graduação *stricto sensu* brasileira se torna refém das ações e políticas ditadas por esta agência. Além do fato de que ao premiar mais a produtividade que o

processo de formação e produção acaba gerando a cultura do conformismo e da “uniformização associada a fenômenos já bastante conhecidos como o neopragmatismo, o produtivismo acadêmico e a competitividade quase-empresarial” (SGUISSARDI, 2008, p. 142). Porém, alguns professores não querem se submeter às regras impostas pelo mercado<sup>8</sup>.

Uma situação contraditória é que por mais que os professores-pesquisadores critiquem o que está acontecendo nas Ifes, muitos se amoldam às exigências, reconhecem as dificuldades dos colegas de profissão e ainda, alguns, criam grupos dentro do Programa e tomam posse da pós-graduação, chegando a competirem com os outros doutores, fazendo com que estes delimitem seus trabalhos apenas na esfera da graduação. Conforme a aceção de alguns autores da área isto acontece devido à ampliação do sistema de pós-graduação no Brasil sob a lógica produtivista.

Percebe-se que muitos docentes universitários têm a intenção de fazer parte de algum Programa de pós-graduação por julgar que se trata de um lugar onde há possibilidade de conseguir melhores financiamentos e ter suas pesquisas divulgadas de diversas maneiras. Como já foi dito, para alcançar esse lugar, necessita de muita produção, de muito tempo destinado ao trabalho e, principalmente, de muita disponibilidade para adequar seus objetos de estudo ao que é esperado e desejado pela sociedade mercantil atual. E quem paga o preço dessas mudanças? Segundo Sguissardi (2008), primeiramente os pós-graduandos, no que diz respeito à qualidade da sua formação e em seu futuro profissional. Em segundo lugar, vêm os coordenadores e docentes dos Programas que, para além da exigência por produção intelectual, ainda são pressionados anualmente pela ampliação no número de pós-graduados em um tempo cada vez mais limitado.

Cabe reforçar que a partir do momento em que o docente universitário se dispõe a ser um professor-pesquisador de pós-graduação muito provavelmente terá que abrir mão de momentos com a família e/ou amigos, de atividades de lazer e de descanso. E todas essas dificuldades e os conflitos existentes no ambiente de trabalho podem afetar negativamente a saúde física e/ou mental do docente, sendo bem provável que cuidar dela não esteja inserido em seus afazeres prioritários, mesmo sabendo que conseqüentemente se reflita neles.

Na pós-graduação o professor, além de realizar todas as tarefas desempenhadas pelo docente de graduação enumeradas no decorrer deste trabalho, ainda realiza outras sem receber remuneração extra, porém são importantes para seu Currículo Lattes, como: participar de

---

<sup>8</sup> Sguissardi e Silva Júnior (2009, p. 216) confirmam que estes profissionais “querem a liberdade do intelectual com base no argumento da possibilidade da realização da pesquisa, ensino e extensão na graduação e da vivência no tempo do ser humano e não num tempo imposto de forma objetiva”.

seleções para ingressos nos Programas de pós-graduação, que têm cada vez mais candidatos; participar de bancas de qualificação e defesa de dissertações e teses, que demanda um tempo extraordinário; orientar trabalhos de orientação científica e, de acordo com Carvalho (2008, p. 233) ainda passam

[...] a participar cada vez mais de bancas examinadoras em outras instituições; a realizar análise e formulação de pareceres sobre diferentes tipos de projetos para agências financiadoras nacionais e internacionais; a participar em comitês científicos e editoriais; a analisar e dar parecer sobre artigos científicos a serem publicados etc.

Devido ao fato do professor-pesquisador produzir e publicar para além da necessidade humana e totalmente ligado às exigências da sociedade capitalista, produtivista e privatizada, é bastante possível que o seu trabalho acaba por se tornar alienado. Essa lógica leva à situação em que o professor não se reconhece no trabalho que realiza, pois muitas das atividades não lhe dão prazer e são realizadas não porque vê necessidade, mas sim porque lhe é cobrado para se manter na condição de pesquisador. O profissional já não tem tempo para pensar seu trabalho.

O sobretrabalho é aceito muitas vezes pelo profissional porque traz reconhecimento pelos colegas e uma oportunidade de interlocução com eles, porém cabe lembrar que quando o professor-pesquisador atua numa instituição pública tanto na graduação quanto na pós-graduação de maneira concomitante, muitas vezes o ensino realizado na pós não entra na contabilidade de horas/aula de docência.

Sguissardi (2008) é bastante direto quando questiona se os docentes, ao receberem algum tipo de auxílio ou bolsa, têm condições de trabalho melhores que os que não recebem nada. E ainda, se os riscos de adoecimento físico ou mental são reduzidos diante de tal conquista. Ao que parece, a resposta é negativa, podendo ocorrer exatamente o contrário porque a cada vez que um professor-pesquisador consegue algum auxílio para sua pesquisa, sempre vai querer fazer parte deste seleto quadro, fazendo com que cada vez se esforce mais, trabalhe mais, se cobre mais, se cuide menos, se observe menos e, conseqüentemente, seu corpo e sua mente se desgastem sobremaneira.

## **Considerações finais**

Freitas (2013), ao analisar alguns estudos realizados que abrangem prazer e sofrimento relacionados ao trabalho docente, percebe que os dois sentimentos coexistem e que o sofrimento está normalmente relacionado à desvalorização profissional, às condições precárias de trabalho, às constantes modificações na política educacional, dentre outros, que acabam por gerar sofrimento psíquico no docente exposto por meio de sentimentos como: depressão, desânimo, impotência, insegurança, angústia, irritação, desgosto, raiva e desesperança. Já os adoecimentos físicos, segundo a autora, são resultantes de atividades próprias do docente, por exemplo, problemas na coluna e nas cordas vocais, varizes consequentes da postura e alergias.

Devido à mercantilização da educação, o docente universitário acabou “aceitando” as novas regras e começou a investir na sua formação e a produzir cada vez mais, buscar financiamentos privados e entrar em Programas de pós-graduação para se tornar professor-pesquisador. Para alcançar estes objetivos, ele acabou abnegando sua vida pessoal e estendendo cada vez mais suas horas de trabalho.

O trabalho do professor-pesquisador é realizado sob condições que acabam sendo sofridas e penosas, afinal a autonomia sobre quando e que tempo necessita para fazer sua pesquisa é sempre limitada, pois não decide se é melhor publicar agora ou esperar o experimento terminar, não tem verba institucional e é obrigado a lutar por financiamentos que considera o processo desigual e doentio. Situações como essas permitem inferir que o trabalho realizado pelo professor-pesquisador não está livre das condições impostas pelo trabalho alienado, assim como qualquer outro trabalhador que desempenha suas funções na sociedade capitalista.

Ao perder a autonomia de seu trabalho e acabar se afastando de seus familiares/amigos, é possível concluir que o professor-pesquisador tenha sua saúde afetada de alguma maneira. Surgem doenças físicas, resultantes, às vezes, de somatizações, e doenças mentais, como depressão e ansiedade.

Diante desse cenário, é preciso pensar na possibilidade de o professor-pesquisador ter autonomia em seu ambiente de trabalho e em seus objetos de pesquisa para que se sinta realizado e, como dizem autores críticos, emancipado. Porém, essa autonomia é muito difícil no ambiente mercantil da educação superior do Brasil, e a concepção de autonomia neste contexto é aquela em que o professor da pós-graduação tem a “liberdade de atender aos objetivos oficiais, mediante a competição por fundos e incentivos econômicos” (SGUISSARDI, 2008, p. 162). Fica claro que o docente tem a mesma liberdade que qualquer

outro trabalhador na engrenagem do sistema capitalista: liberdade para vender sua força de trabalho, que é sua opção para sobreviver. Talvez seja difícil para um profissional de nível intelectual tão elevado se ver como alguém que desempenha um trabalho alienado e que causa sofrimento, porém, nem assim, pode-se dizer que essa não é a realidade vigente. A intensificação e a mercantilização do trabalho docente revelam um trabalhador que vende sua força de trabalho e que não tem muito controle sobre as regras impostas.

É difícil alguém não se ver no trabalho que realiza, não ter autonomia sobre como gostaria de desempenhar suas atividades, se perceber inserido numa rede sem chances de se desvencilhar e ainda se manter saudável de maneira completa, ou seja, física, mental e psicologicamente.

Sabendo que se trata de uma situação que envolve o coletivo e não o individual, deve-se pensar em como rever e, quem sabe, mudar a conjuntura, através de discussões em espaços coletivos. Afinal, não é apenas o professor-pesquisador que está submetido à intensificação e exploração de sua atividade vital, de modo a desencadear sofrimento e adoecimento, mas, ao que parece, essa é a situação do trabalhador dentro do modo de produção social vigente.

## Referências

BOSI, A. P. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

CARVALHO, D. C. Trabalho Docente na Pós-graduação: impasses que se colocam para os programas e o professor universitário no contexto atual das políticas de avaliação. In: MANCEBO, D., SILVA JÚNIOR, J.R. e OLIVEIRA, J.F. (orgs.). **Reformas e Políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2008.

CHAUÍ, M. A universidade operacional. In: **Revista da Avaliação da Educação Superior**. Universidade de Sorocaba, vol. 4, n. 3, p. 3-8, 1999.

ENGELS, F. Introdução de Friedrich Engels ao texto Trabalho Assalariado e Capital. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas em três tomos**. I Tomo. Lisboa: Avante, 1982.

FREITAS, L. G. Docentes, seu trabalho e a dinâmica de prazer-sofrimento. In: FREITAS, L. G. (org.). **Prazer e sofrimento no trabalho docente: pesquisas brasileiras**, Curitiba: Ed. Juruá, p. 35-47, 2013.



FREITAS, R. A. de **O trabalho docente em Goiás**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017.

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, G. (org.) **Educação e Crise do Trabalho**: Perspectivas de Final de Século. Petrópolis: Vozes, 1998.

GRADELLA JÚNIOR, O. Sofrimento psíquico e trabalho intelectual. In: **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. Vol. 13, n. 01, p. 133-148, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25743/27476>. Acesso em: 30 jun. 2016.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: **Temas de Ciências Humanas** n. 4. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., p. 01-18, 1978.

MANACORDA, M. A. **Marx e a Pedagogia Moderna**. São Paulo: Cortez, 2000.

MANCEBO, D. **Trabalho docente**: Subjetividade, Sobreimplicação e Prazer. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, p. 74-80. Disponível em: [www.scielo.br/prc](http://www.scielo.br/prc), 2007.

MANCEBO, D.; SILVA JÚNIOR, J. R.; OLIVEIRA, J. F. Reformas e Políticas: Educação superior e pós-graduação no Brasil. In: MANCEBO, D.; SILVA JÚNIOR, J. R.; OLIVEIRA, J. F. (orgs.). **Reformas e Políticas**: educação superior e pós-graduação no Brasil. Campinas: Editora Alínea, 2008.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. Trabalho Assalariado e Capital. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas em três tomos**. I Tomo. Lisboa: Avante, 1982.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. In: **Revista Brasileira de Educação**. vol. 15, n. 45, p. 422-590, set./dez. 2010. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/02](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/02). Acesso em: 31 de mar. 2017.

SGUISSARDI, V. Pós-graduação (em Educação) no Brasil: conformismo, neoprofissionalismo, heteronomia e competitividade. In: MANCEBO, D.; SILVA JÚNIOR, J. R.; OLIVEIRA, J. F. (orgs.). **Reformas e Políticas**: educação superior e pós-graduação no Brasil. Campinas: Editora Alínea, 2008.

SGUISSARDI, V.; SILVA JUNIOR, J. dos R. **Trabalho intensificado nas federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA, H. L. F. Trabalho docente, sindicalismo e crise do movimento sindical: elementos constitutivos de uma identidade política. In: MASCARENHAS, A. C. B.; ZANOLLA, S. R.

S. (orgs.). **Sociedade, subjetividade e educação**: perspectivas marxista e frankfurtiana. Campinas: Editora Alínea, 2011.

SOUZA, T. M. C. **Docência universitária**: representações sociais das constituições subjetivas. c117f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2012.

